



A imprensa brasileira pela ótica argentina: Vargas e Lula nos periódicos liberais

GOLDSTEIN, Ariel. **Prensa tradicional y liderazgos populares en Brasil**. Raleigh, NC: Editorial A Contracorriente, 2017.

FIDELIS, Thiago¹

Originária da tese defendida em 2015, no Programa de Ciências Sociais na Universidad de Buenos Aires, a obra *Prensa tradicional y liderazgos populares en Brasil*, de Ariel Goldstein, se propôs a fazer uma dupla comparação, transitando tanto pela temporalidade (governo Vargas, nos anos de 1950, e governo Lula, nos anos 2000) quanto pelos periódicos pesquisados. O objetivo do livro é comparar como dois jornais brasileiros, *O Estado de S. Paulo* (OESP) e *O Globo* retrataram dois períodos históricos distintos: o último período do governo de Getúlio Vargas (1951/1954) e o primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2003/2006).

Como indicado na introdução da obra, a comparação entre os líderes ocorre não necessariamente pelas similaridades entre eles, mas sim pelas condições de seus governos, tendo em especial destaque a relação com a imprensa. Tanto OESP quanto o Globo foram jornais que, assim como praticamente toda a chamada grande imprensa (jornais de maior tiragem no período), fizeram oposição a ambos os presidentes nesses períodos. As publicações selecionadas, embora opositoras a ambas as lideranças,

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Unesp, campus Araraquara e pela Universidade de Coimbra (Portugal). Doutorando em História pela Unesp, campus Assis. E-mail: fidelisrp@gmail.com

Recebido em: 17/06/2018
Aprovado em: 15/12/2018

possuíam suas peculiaridades e, mesmo na crítica, mantiveram as diferenças das linhas editoriais e das abordagens na construção das notícias.

Contextualizando ambos os períodos (em especial o governo Vargas), Goldstein demonstrou vasto domínio da literatura sobre a temática, desenvolvendo um diálogo com os principais autores sobre o período e também, utilizando alguns dados obtidos em entrevistas com personagens de ambos os jornais (embora tais dados não tenham sido decisivos para a análise em si). Além do prólogo (escrito pelo professor de História Contemporânea da Universidade de São Paulo, Lincoln Secco) e da introdução, a obra foi dividida em 5 capítulos, estruturando os tomos pelos períodos dos governos (com a exceção do primeiro, que faz uma análise da relação entre imprensa e política no Brasil), diluindo a comparação entre os jornais nas análises de ambos os governos.

No primeiro capítulo, após uma análise bastante sucinta sobre a imprensa brasileira (com uma ênfase um pouco maior no fim do século XX e início do XXI), o autor fez uma breve apresentação sobre os dois principais jornais, enfatizando como se posicionaram nos dois períodos, também chamando a atenção para o período da ditadura e do processo de redemocratização. Embora a apresentação dos periódicos seja bem estruturada, houve uma discussão muito rápida em relação às visões e opiniões de seus signatários (no caso do Globo, a trajetória de Roberto Marinho foi um pouco mais explorada), o que dificulta um pouco a compreensão da ideologia dos jornais para os leitores e leitoras que não acompanham o tema. Em linhas gerais, as perspectivas que permeiam as ideologias e a visão de mundo dos periódicos acabaram sendo mais explorados nos capítulos subsequentes.

Os quatro capítulos posteriores seguiram uma mesma estruturação: o dois e o quatro contextualizaram, respectivamente, os governos Vargas e Lula, sendo que o três e o cinco exploraram, diretamente, a visão dos periódicos em relação aos governos. Principalmente nesses últimos capítulos, as comparações foram bastante equilibradas, chamando a atenção para o fato de que o OESP, tanto nos anos de 1950 quanto no início do século XXI, possuía uma visão mais incisiva e radical contra os mandatários do que o GLOBO, embora esse também tenha aumentado suas críticas conforme os eventos considerados como “crise” se desdobraram.

No segundo capítulo, o autor chamou a atenção para a proximidade entre Vargas e a imprensa, uma vez que o político via a importância de manter uma boa relação com esse campo, aproximando-se de figuras como Assis Chateaubriand, um dos megaempresários da imprensa nos anos de 1930 (p. 81). Outro destaque refere-se à relação feita entre os dois períodos governamentais, já que Getúlio governou o país de 1930 a 1945, sendo os últimos oito anos de maneira extremamente autoritária através do *Estado Novo* e, para entender melhor a forte oposição feita pelos jornais em geral, é imprescindível levar em conta tal aspecto, uma vez que boa parte dessas publicações foi afetada pela censura no período (p. 84).

Não à toa, nos anos de 1950, OESP referia-se à Vargas não como presidente, mas sim como ex-ditador. Embora o GLOBO não tenha sido afetado diretamente pela censura nos anos de 1940, também estruturou oposição contra o mandatário, embora em uma perspectiva conciliadora (pelo menos, em um primeiro momento). Goldstein também chamou a atenção para a criação da publicação *Ultima Hora* (UH), capitaneada pelo jornalista Samuel Wainer, até então empregado de Assis Chateaubriand que,

após um furo de reportagem, praticamente “lançou” a campanha de Getúlio em 1950, aproximando-se muito do presidente a partir de então e estruturando um diário que buscasse defender o governo e o legado varguista frente às principais publicações da época (p. 81-83).

As diferenças entre os jornais, no início do governo, ficam evidentes no próprio resultado eleitoral e na posse de Vargas: no caso do OESP, o periódico criticou vivamente a população que votou no ex-ditador, indicando que a falta de educação e instrução no país era o principal fator de compreensão do motivo depor que uma figura autoritária e sem preparo ser tão popular, sendo que a publicação paulista pede abertamente para a posse de Vargas ser impedida pelo Exército, explicitando uma visão bastante elitista e autoritária sobre o processo (p. 90); em compensação, o GLOBO criticou tal postura e, mesmo fazendo oposição ao presidente eleito, defendeu o processo eleitoral e o direito de tomar a posse, já que tinha sido eleito democraticamente (p. 90).

O final desse capítulo e início do seguinte foram intercalados por dois aspectos importantes: do ponto de vista da movimentação do governo, Goldstein chamou a atenção para as dificuldades tanto externas quanto internas durante o governo Vargas. Internamente, o presidente buscou proximidade com seus opositores (em especial com a UDN, principal partido contrário ao legado varguista, do qual OESP era muito próximo) para uma maior governabilidade, indicando enormes dificuldades para medidas de conciliação (como a criação de órgãos estatais, como a PETROBRÁS); externamente, a consolidação da Guerra Fria com o confronto na Coréia e a não participação do Brasil acabou deteriorando as relações com os EUA, que aumentaram a desconfiança em relação ao estatismo e nacionalismos de Vargas (p. 94-95).

Além disso, o autor também chamou a atenção para uma personagem de extrema importância no período, Carlos Lacerda. Proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*, o jornalista não possuía cargo parlamentar, mas era o principal opositor de Vargas na imprensa e o nome de maior influência dentro da UDN, utilizando seu periódico para ataques frontais ao presidente e também à UH, que manteve sua postura de defesa do governo durante todo seu mandato (p. 94-95).

O terceiro capítulo começou indicando como Lacerda, dono de uma ótima oratória, ganhou espaço nas redes da rádio Globo e Tupi (também de posse de Assis Chateaubriand, que voltara-se contra Vargas) para verbalizar o que fazia em seu jornal, aumentando a virulência contra o governo (p. 102). Entre os vários acontecimentos que despertavam a oposição de ambos os jornais, a nomeação de João Goulart como ministro do Trabalho, em 1953, aumentou a fervura oposicionista contra Vargas, já que Jango (como era popularmente conhecido) era apontado como o herdeiro político do presidente, sendo uma espécie de perpetuador do varguismo no futuro, ideia considerada imperdoável pelo GLOBO e, principalmente, pelo OESP (p. 103).

Em relação ao governo Vargas, Goldstein não seguiu a ordem cronológica dos acontecimentos, fazendo vários cortes temporais, ainda que quando analisou os jornais e suas coberturas, estruturou os fatos conforme eles ocorreram. Entre os tópicos analisados, é importante destacar a constante ideia do OESP de que o presidente ameaçava, a todo o momento, um novo golpe de Estado nos moldes do *Estado Novo* (seu diretor, Júlio de Mesquita Filho, fora preso e exilado durante o primeiro período do governo Vargas) e indicava que qualquer ação do Executivo tinha, como plano de fundo,

tal perspectiva (p. 108). O GLOBO também demonstrava certa desconfiança em relação às possíveis ações de Vargas, mas em uma escala bem menor (p. 108).

Principalmente no início do ano de 1954, ambos os jornais aumentaram ataques contra o governo, sendo que Goldstein destacou que a maior mudança na abordagem dos periódicos ocorreu por conta do GLOBO, que passou a radicalizar mais em seus editoriais e notícias contra Vargas, enquanto OESP manteve a postura extremamente crítica contra o presidente e seus defensores (p. 126-128). Um outro aspecto importante é a movimentação do GLOBO contra a UH, uma vez que, conforme as críticas da imprensa, em geral, contra Vargas aumentavam, a defesa do periódico de Samuel Wainer também intensificava-se a favor do presidente. Como OESP era de São Paulo, não havia textos tão intensos contra o diário de Wainer uma vez que, embora fosse defensor do presidente, não era um concorrente. No entanto, essa publicação oferecia perigo real para a publicação carioca, uma vez que ambos os jornais eram os de maior circulação no Rio de Janeiro (p. 129-130).

Em linhas gerais, Goldstein indicou que, em ambas as publicações, os três termos mais utilizados para fazer críticas a Vargas por ambos os jornais teriam sido: “comunismo, subversión y república sindicalista” (p. 156). Em relação ao primeiro ponto, as medidas nacionalistas do governo Vargas pesavam de maneira negativa, indicando que ele próprio era um comunista (questão mais explícita ainda no caso de Jango) ou que, se ele não era um, abria espaço para o país para os verdadeiros comunistas com suas ações irresponsáveis (p. 168).

O fantasma da subversão estava presente a todo o tempo, segundo ambos os jornais (em especial OESP), para instigar a população contra as instituições, seja pelo aumento de 100% do salário mínimo no início de 1954, seja pelos discursos de proximidade de Jango com as sindicais e movimentos populares (p. 159).

Por fim, o fantasma da República Sindicalista era construído a partir da movimentação de João Goulart com algumas lideranças trabalhistas, bem como das semelhanças entre ações varguistas e do presidente da Argentina, Juan Carlos Perón, que era um dos expoentes de perspectivas utilizadas no governo e que aterrorizavam ambas as publicações, em especial OESP (p. 160).

Além disso, OESP, por vezes, incitou o Exército a agir para impedir as manobras de Vargas e Jango, indicando que o primeiro deveria deixar o poder e, caso não quisesse, os militares deveriam intervir para que isso acontecesse (p. 182). Embora o GLOBO não fosse tão explícito, nos últimos meses do governo a publicação carioca também passou a radicalizar seu discurso nesse sentido (p. 183).

Por fim, no início de agosto de 1954, Carlos Lacerda sofreu um atentado em frente à sua residência, sendo que um militar que o acompanhava, Rubens Vaz, morreu na ação. Embora, a primeiro momento, não ficou claro quem era o mandante, toda a culpa recaiu sobre Vargas, e ambos os jornais radicalizaram (ainda mais) o discurso contra o presidente: OESP, desde o dia do atentado, acusou frontalmente o mandatário de ser o responsável; já o GLOBO foi mais cauteloso, aumentando as críticas apenas na medida em que as investigações caminhavam para o envolvimento de membros da guarda pessoal de Getúlio no assassinato (p. 191-196).

Momentos antes do suicídio, ambos os jornais insistiam na renúncia de Vargas como o único caminho a ser seguido (p.203-204). Após a morte do mandatário, o GLOBO

mudou a abordagem em relação ao presidente, suavizando as críticas e valorizando os aspectos positivos que ele tinha (p. 213-214); já o OESP, em compensação, fez uma análise bastante objetiva do desaparecimento de Getúlio e manteve a linha ácida ao governante, fazendo críticas ao seu legado e dando ampla cobertura ao novo governo, formado pelo então vice, Café Filho (p. 217).

No capítulo quatro, há uma breve abordagem sobre o histórico de Lula, indicando sua origem de migrante nordestino e sua estruturação política no sindicalismo, bem como o crescimento de sua imagem no processo de redemocratização brasileira, nos anos 1980 (p. 241). Levando em conta o pleito em 2002, Goldstein chamou a atenção para o fato de que, principalmente, com a mudança apresentada no processo eleitoral (no qual Lula, diferentemente dos três pleitos anteriores, apresentou uma face mais conciliadora e racional, buscando amenizar sua imagem anterior, que seria mais “radical”), ambas as publicações mantiveram as fortes críticas que estruturavam ao Partido dos Trabalhadores (PT), desde sua fundação, nos anos de 1980, mas relativizaram as críticas a Lula e passaram a elogiar, sobretudo, seu caráter conciliador, colocando-o como alguém capaz de trazer os segmentos sociais que seu partido representava para o poder sem promover uma ruptura na ordem social (p. 246-252).

A nomeação de Antonio Palocci como ministro da Fazenda também foi bastante elogiada, uma vez que o político demonstrava interesse em realizar uma política de austeridade econômica, sem gastos excessivos (sobretudo, com as questões sociais) e procurando manter as contas em dia (p. 249-250).

Dentre os assuntos de grande vulto debatidos durante o primeiro mandato de Lula no capítulo 5, Goldstein chamou a atenção para os seguintes: a votação da Reforma da Previdência, o caso do Mensalão e o processo eleitoral de 2006. Em relação ao primeiro ponto, a ação de Lula foi bastante elogiada por ambos os jornais, uma vez que a reforma possuía uma perspectiva bastante próxima às políticas econômicas ortodoxas dos anos de 1990, acabando com “regalias” (como indicaram ambas as publicações) tais como a aposentadoria de servidores públicos com valores integrais, o pagamento de impostos de aposentados, o estabelecimento de tetos de salários para os servidores federais, entre outras (p. 264).

Ao capitanear essas mudanças e levá-las ao Congresso, tanto OESP quanto GLOBO elogiaram imensamente Lula, indicando que, de fato, a imagem de um líder radical ficou para trás no processo eleitoral e que, no início do governo, demonstrava sua face conciliatória e bastante positiva para o país (p. 264-266). No entanto, mantiveram a postura crítica ao PT, sobretudo por um grupo do partido não ter concordado com a reforma, sendo que esses membros (nomes como a senadora Heloisa Helena e os deputados João Fontes, Babá e Luciana Genro) foram expulsos da agremiação. Logo, a dissociação entre Lula e PT continuou marcando as páginas de ambas as publicações (p. 266-267).

No entanto, essa perspectiva encerrou-se em 2005, com a denúncia feita pelo presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson, sobre um esquema de corrupção liderado por membros do Executivo para a compra de votos de componentes do Legislativo. Goldstein não fez uma discussão ampla de como as publicações retrataram o chamado Mensalão em si, mas sim na forma como as publicações retrataram Lula durante e após o processo. Ambos os jornais (em especial OESP) romperam com a ideia estruturada, no processo eleitoral e início do governo, de

Lula como um líder conciliatório e acima das divergências e dos possíveis “dogmas” de seu partido, passando a aproximá-lo com as qualidades negativas do PT e, conforme o processo eleitoral aproximou-se, as publicações representaram-no como uma liderança ainda pior do que vinham pintando-o (p. 272-274). Chamando-o de populista e de chavista (explorando intensamente a associação com Hugo Chávez, presidente da Venezuela e um dos principais expoentes da esquerda latino-americana), OESP e GLOBO, cada um ao seu modo, passaram a estruturar uma visão bastante negativa do presidente: a publicação paulista, desde as primeiras denúncias do Mensalão, passou a caracterizar Lula de maneira extremamente negativa, enquanto que GLOBO tratou o processo com mais cautela em um primeiro momento para, em fins de 2005 e início de 2006, passar a também atacar constantemente o mandatário nacional (p. 275-279).

Várias comparações foram lembradas, por Goldstein, entre as temporalidades distintas. No processo eleitoral de 2006, OESP retomou o discurso crítico da qualidade do voto no Brasil, indicando que a falta de instrução e de qualidade nas opções do eleitorado brasileiro era um problema bastante sério para o país, uma vez que essa falta de um olhar mais sofisticado para o processo eleitoral poderia ser uma arma para a reeleição de Lula (p. 290). Já GLOBO também seguiu perspectiva parecida com o período Vargas, realizando, em um primeiro momento, uma análise mais moderada, buscando os dois lados da notícia e dando espaços parecidos para ambos. No entanto, a proximidade do processo eleitoral fez com que o jornal carioca aumentasse suas críticas ao presidente, equiparando seus textos ao do OESP (p. 300). Além disso, também utilizou de forma vasta o elemento das caricaturas, com ênfase para as publicações de Chico Caruso.

Ainda em relação ao processo eleitoral, com a liderança de Lula nas pesquisas, os ataques dos jornais ficaram mais frontais, sobretudo, após a divulgação de um dossiê, que teria sido organizado por membros do PT, em São Paulo, contra o candidato ao governo do Estado, José Serra. Após tal movimentação, a associação entre Lula, PT e corrupção ficou ainda mais forte em ambas as publicações, além da maior valorização de seu principal oponente, o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (p. 299-300).

Nos tópicos finais do último capítulo, Goldstein retomou as três temáticas exploradas e passou a aprofundar alguns pontos. No caso da Reforma da Previdência (p. 306-307), em um primeiro momento, ambas as publicações elogiaram o “pulso firme” do PT nas expulsões dos parlamentares, ainda que mantivessem os ataques ao partido.

No tocante ao caso do Mensalão e ao processo eleitoral, a abordagem contra Lula e o PT foi muito intensa do ponto de vista negativo. No caso do OESP, como salientado por Goldstein, a linha acusatória foi mantida desde o começo: sempre com textos superlativos e fatalistas (assim como no período Vargas), em alguns textos os editoriais do jornal paulista indicavam o governo Lula como o mais corrupto da história do país (p. 319).

Já em relação ao GLOBO, as mudanças já indicadas foram bastante visíveis, além de chamar a atenção de um outro ponto: a diversidade de opiniões entre os colunistas. Embora a maioria desses colunistas seguisse a linha do jornal carioca (Goldstein citou, algumas vezes durante o livro, as colunas do jornalista Merval Pereira como exemplo para demonstrar esse aspecto), havia nomes que também apontavam pontos distintos da linha editorial (nesse ponto, o autor citou as colunas de Luís Fernando Veríssimo como exemplo), relativizando e muitas vezes discordando da opinião majoritária da

publicação.

Por fim, destacamos dois pontos abordados pelo autor para reforçar alguns princípios não estruturados no restante do texto: a relação entre o PT e o Movimento dos Sem Terra (MST), e a questão do programa Bolsa Família. Em relação ao primeiro, houve uma objeção mais forte por conta do OESP, associando o MST ao terrorismo (p. 329), sendo que GLOBO tratou de maneira um pouco mais amena, embora também aumentasse as críticas conforme o caso do Mensalão foi se desenrolando (p. 332). Já em relação ao Bolsa Família, ambos os jornais estruturaram a ideia de que o governo utilizou essa política pública como forma de compra de votos para a manutenção não somente de Lula, mas do projeto de poder do próprio PT (p. 355).

Concluindo, a obra do argentino Ariel Goldstein, ao fazer a comparação entre temporalidades distintas e com dois jornais bastante próximos do ponto de vista ideológico, indicou as características em comum que podem ser avaliadas a partir dessa trajetória. Fazendo uma reflexão mais ampla, é possível identificar aspectos distintos: no tocante às temporalidades distintas, embora com aspectos divergentes, o autor assinalou que ambas as publicações viam governos de caráter popular como um problema, uma vez que essas perspectivas costumam “quebrar” a tradição de mandatos com caráter eminentemente elitistas (p. 376).

Embora, nos dois governos, GLOBO tenha tido uma postura mais benevolente com ambos os políticos, em um primeiro momento, OESP possuía uma ideia extremamente crítica, sobretudo com Vargas. Nos dois governos existiram acusações de corrupção e ações consideradas nacionalistas e até comunistas, mas com desfechos distintos: enquanto o desenrolar do governo Vargas terminou de maneira trágica e com a morte do presidente, no caso do primeiro mandato de Lula a movimentação, mesmo que truncada, levou à reeleição do mandatário.

Além disso, é importante pontuar o papel da imprensa nesse processo: enquanto no governo Lula não houve intenso conflito entre as publicações e nenhum escândalo envolvendo membros da mídia em si (sendo a maioria voltada contra o presidente e com poucas opções com grande tiragem), durante o mandato de Vargas a tensão na imprensa foi grande, sendo que o principal opositor ao mandatário foi Carlos Lacerda, protagonista do ato final do mandato do político gaúcho, além das questões envolvendo a UH (na qual o GLOBO esteve mais envolvido).

Por fim, a obra *Prensa tradicional y liderazgos populares en Brasil* é de extrema importância para pensar não somente sobre as perspectivas históricas, mas também sobre o papel da imprensa na política, bem como as problemáticas de ações de cunho populares, sendo implantadas em uma sociedade profundamente marcada pela desigualdade social e pela criação de mecanismos para que essas sejam mantidas.